

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO PREVIDENCIÁRIO

Eu, _____,
CPF nº _____, DECLARO, em virtude da edição da Lei nº 3.895/2022, que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Tocantins – RPC/TO, que, anteriormente à posse em cargo efetivo nesta Defensoria Pública:

1. () fui servidor(a) público(a) vinculado(a) ao órgão _____,
_____, no
período de ____/____/____ a ____/____/____, sob o regime estatutário, e que
naquele órgão **estava** submetido(a) ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

2. () fui servidor(a) público(a) vinculado(a) ao órgão _____,
_____,
no período de ____/____/____ a ____/____/____, sob o regime estatutário, e
que naquele órgão **estava** submetido à nova regra do RPPS, cujo limite máximo dos proventos de
aposentadoria e pensão é igual ao limite máximo do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

DECLARO, ainda, que, enquanto vinculado(a) àquele órgão:

a) () **não aderi** à Previdência Complementar do Servidor Público.

b) (), em ____/____/____, **aderi** à Previdência Complementar do Servidor Público,
administrado pela entidade: _____

3. () **não** era servidor(a) público(a).

DECLARO, ainda, estar ciente de que, ao autodeclarar-me pertencente ao Regime Próprio de Previdência Social, **sem limitação do teto aplicado ao Regime Geral de Previdência Social**, terei o compromisso de entregar todos os documentos comprobatórios, dentro do **prazo de 45 (quarenta e cinco) dias**, bem como requerer averbação de tempo de serviço junto ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (IGEPREV-TO), relativa ao(s) período(s) declarado(s), para fins de enquadramento e regularização no Regime Previdenciário.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura